



A SECA E A RELOCAÇÃO DE CIDADES NO NORDESTE: O CASO NOVA JAGUARIBARA – CE

| Licia Tereza Rodrigues Perote

Mestranda

Programa de Pós-Graduação em Urbanismo CEATEC PUC-Campinas

Orientadora Raquel Rolnik

liciaперote@hotmail.com

A SECA E A RELOCAÇÃO DE CIDADES NO NORDESTE: O CASO NOVA JAGUARIBARA – CE

A seca tem causado, ao longo da história do nosso país, fome, desnutrição, miséria e migração para centros urbanos. Mais recentemente, no mês de outubro de 2005, uma forte estiagem atingiu o Estado do Amazonas, isolando 75 comunidades de onze municípios que pertencem à Região do Baixo Amazonas e atingindo cerca de 63 mil famílias em todo o Estado. Esse período de estiagem também causou estragos no Estado de Minas Gerais e no Nordeste, onde quase quinhentos municípios decretaram situação de emergência.

O que é a seca de fato? O fenômeno da seca pode ser caracterizado pela ausência parcial ou total das chuvas ou sua má distribuição (Carvalho, 1988). Essa instabilidade ocorre em diversas regiões semi-áridas do mundo, como África, Ásia, Austrália e América do Norte, áreas onde essa questão já foi solucionada pela tecnologia. Em Israel, a irrigação com alta tecnologia foi uma resposta ao problema da seca. Cerca de 20% de toda a eletricidade usada naquele país é despendida bombeando água para essa finalidade. No Brasil, a idéia de que a tecnologia pode ser uma grande aliada no combate às mazelas da escassez de água ainda parece ser algo um tanto distante. A irrigação em grande escala, por exemplo, enfrenta dois problemas: o seu alto custo e as enormes distâncias envolvidas. A construção de açudes subterrâneos, estudo realizado por técnicos da Universidade Federal de Pernambuco e implementado, no governo de Miguel Arraes, pela Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Pernambuco, seria uma alternativa que permitiria acumular no solo a água das chuvas, protegendo-a da radiação solar direta.

No Nordeste brasileiro, a seca constituiu-se no principal referencial de identificação da região. Cerca de quarenta milhões de brasileiros vivem no Nordeste, área que cobre 18% do território nacional. O clima é semi-árido e a vegetação de caatingas. O solo é raso na sua maior parte, e a evaporação da água de superfície é grande. Outro problema que o semi-árido nordestino enfrenta refere-se à questão das enchentes. Nos anos em que ocorrem grandes precipitações de chuvas, os nossos solos, que são pouco permeáveis e de vegetação rala, não têm capacidade para absorver toda a chuva. Esse fato, aliado ao desmatamento, faz que as águas corram para os rios aumentando seu volume e causando problemas para as populações vizinhas (Imopec, 1994).

O primeiro registro de seca no Nordeste é de 1559, e, se nos basearmos no calendário das secas na região, veremos que de um modo geral ocorreram nove secas por século, uma a cada onze anos. A preocupação com a exigüidade dos recursos hídricos vem desde o período imperial, quando D. João VI determinou que se estudasse a possibilidade da transposição das águas do Rio São Francisco para as bacias carentes situadas ao norte de seu curso (Alves, 2003). Foi nesse período, a partir do século XVIII, que se tem registro de secas de maior gravidade, como a de 1777-1788, quando restou apenas um oitavo do gado da capitania do Ceará.

Em 1857, o ministro do Império Couto Ferraz defendia, perante a Assembléia-Geral do Império, a abertura do canal que devia comunicar as águas do Rio São Francisco com as do Jaguaribe (Villa, 2005, p.14-9). O engenheiro Henrique Guilherme Fernando Halfeld trabalhou nele durante oito anos, mas sua proposta terminou por ser arquivada. Vale salientar que o debate sobre a transposição do Rio São Francisco foi retomado esse ano mais acirradamente, uma obra da ordem de R\$ 4,5 bilhões, que irá repercutir diretamente em quatro Estados do Nordeste. O projeto prevê a construção de dois canais que levarão água a doze milhões de sertanejos nos Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. No entanto, um embate se estabeleceu por conta de uma corrente que afirma que as águas do “Grande Chico” necessitam de tratamento, juntamente com um projeto de revitalização do rio, além de julgar que a obra irá beneficiar grandes empreiteiras e latifundiários da região. Os debates serão prolongados, o que prorrogou o início das obras.

Após o advento da República, a preocupação com as mazelas trazidas pela estiagem aumentou. Assim, criou-se a Superintendência de Estudos e Obras contra os Efeitos das Secas em 1906, que originou o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), surgido em 1945. A ação do DNOCS foi orientada para a construção de barragens que represassem água para os períodos de seca e propiciar uma agricultura irrigada; para perfuração de poços; construção de estradas de rodagens no interior da zona semi-árida; e, finalmente, para a elaboração de estudos ecológicos no sentido amplo que lhes fornecessem o necessário acervo de conhecimento para a adoção de medidas das técnicas mais adequadas para a expansão agropecuária no trópico semi-árido (Oliveira, 1985).

O DNOCS, no entanto, construiu a maioria das barragens em propriedades privadas, servindo principalmente para sustentação do gado de fazendeiros. O caso da perfuração de poços não foi diferente. Segundo Francisco de Oliveira (1985, p.55), as primeiras grandes obras do DNOCS foram no Ceará, e daí por diante o controle desse organismo estatal, sua captura pela oligarquia algodoeira-pecuária aprofundou-se e tornou completamente indistinta a linha divisória entre DNOCS e a mesma oligarquia.

Durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, a Sudene e o DNOCS foram extintos, mas o governo Lula recriou a Sudene, enquanto o DNOCS manteve sua ineficácia administrativa. Francisco de Oliveira e Manuel Correia de Andrade denunciam que a Sudene e o DNOCS significaram principalmente a captura do Estado, no Nordeste, pelos grupos hegemônicos.

Diante de toda essa problemática, não restam dúvidas de que as disputas pelo poder que a água representava nesse espaço, que determinaram e que determinam ainda nos nossos dias a conjuntura do sertão – o descaso do poder público diante da seca; a apropriação dos recursos públicos pelas elites locais, que encontraram na seca um meio de enriquecimento pessoal e a construção de obras públicas, das quais só quem dispõe de um forte aparato técnico pode usufruir –, são fatos que denunciam, antes de tudo, a estreita relação entre água e poder no sertão. E em cima desse argumento de que a água era o ponto nevrálgico do desenvolvimento do Ceará, os governos de Tasso Jereissati e Ciro Gomes, chamados de “Governo das Mudanças” (e que se sucedem desde 1986), apresentaram propostas de “modernização”. A atuação desse grupo poderia ser descrita como um forte de indício de que o “coronelismo” não acabou no Ceará e que a “modernização” do Estado já havia sido iniciada desde a década de 1960 pelos governos dos “coronéis” César Cals, Virgílio Távora e Aduino Bezerra.

Nesse contexto, a barragem do Castanhão recebe a conotação de “mar no sertão”. Passado tanto tempo em que os açudes públicos constituíam privilégio de propriedades particulares, o Castanhão apareceria como uma peculiaridade nas políticas públicas do sertão. Em 1987, os estudos foram retomados pelo extinto DNOCS, e no mesmo ano a obra é licitada. O contrato foi assinado em 1991. E com a inclusão entre as obras prioritárias do governo de Fernando Henrique Cardoso, o Castanhão teve emissão de Ordem de Serviço em 1995, com previsão de término em 1999. No entanto, diante de alguns atrasos, isso ficou para o ano de 2003, quando faltavam 5% da obra para a total conclusão. O governo federal liberou dezoito milhões de reais para essa finalização. Assim, construiu-se a barragem no Rio Jaguaribe, cuja bacia percorre aproximadamente 610 quilômetros do território cearense.

O açude do Castanhão e seus reservatórios situam-se nos municípios de Alto Santo, Jaguaribara, Jaguaratama e Jaguaribe. Duas vezes maior que a Baía de Guanabara, o Castanhão, formado pelo represamento do Rio Jaguaribe, tem capacidade para armazenar 6,7 bilhões de metros cúbicos de água (um espelho que poderá estender-se por uma área de 32,5 mil hectares, formando um lago artificial). Seu volume de água corresponde a duas vezes a Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro. O Vale do Jaguaribe, local em que a

obra foi executada, é onde se concentram 70% das terras irrigáveis da bacia e onde enchen-tes periódicas atingem diretamente cerca de trezentas mil pessoas.

O reservatório, o maior do Nordeste, surgiu com a função de assegurar o forneci-mento de água durante os períodos críticos e conter as cheias nos anos especialmente chu-vosos, o desenvolvimento da pesca, aproveitamento hidroelétrico, e ainda terá outros usos como turismo e lazer. Os investimentos para sua construção somam R\$ 198,6 milhões, sendo 71% dos recursos do orçamento do DNOCS e 29% do governo do Estado do Ceará, firmado em convênio (Brasil, 1997, p.20-3).

Muitos foram os questionamentos a respeito do Projeto Castanhão. A principal polê-mica gerada em torno do empreendimento baseia-se na tese defendida por diversos técnicos em torno do superdimensionamento dessa barragem, o que geraria impactos socioambientais incalculáveis (Borges, 1999), entre eles, a destruição da cidade de Jaguaribara, que necessita-ria ser relocada. Algumas alternativas foram levantadas, como a construção de doze bacias menores distribuídas espacialmente na Bacia do Jaguaribe, mas as propostas foram arquivadas. Assim, a cidade de Jaguaribara submergiu, dando lugar ao açude, e ressurgiu a cinqüenta qui-lômetros do antigo sítio, no tabuleiro sedimentar, à margem esquerda do Rio Jaguaribe.

A CIDADE SUBMERSA

O município de Jaguaribara ficava na microrregião do Médio Jaguaribe, centro-sul do Estado, e tinha sua sede à margem direita do rio. A cidade distava 283 quilômetros de For-taleza. A população era de 7.718 habitantes.¹ A cidade ocupava uma área de 731 km². Poço Comprido é seu único distrito cuja vila-sede situa-se no extremo norte do território municipal. Com a construção do Castanhão, o município de Jaguaribara teria dois terços de suas terras submersas, incluindo a sua sede e o distrito.

A questão do “reassentamento involuntário” do povo de Jaguaribara é marcada por um processo que teve etapas bem distintas: ameaça, resistência, insegurança, aceitação dinâmica e chegada na nova terra. Nesse andamento, podemos levantar dois blocos dico-tômicos e bem articulados. Ou seja, se tratarmos essa trama como resultante de um pro-cesso político, poderemos dizer que ela resulta de um processo que se desenvolve entre sociedade civil *versus* Estado.

Como representantes do primeiro bloco, temos os atores sociais que se colocaram na posição de defensores na cidade, dispostos a impedir sua relocação: a Associação de Moradores de Jaguaribara (AMJ), apoiados pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Grupo Multiparticipativo do Castanhão, o Instituto da Memória do Povo Cea-rensense (Imopec), o Movimento de Educação de Base (MEB), a Cáritas, o Centro de Estu-dos do Trabalho e de Acessória ao Trabalhador (Cetra), alguns profissionais liberais (téc-nicos, advogados, geógrafos) e alguns políticos.

Do segundo “lado”, temos o Estado, a ação tecnocrática do “Governo das Mudanças”, representado pela Secretaria de Infra-Estrutura do Estado do Ceará (Seinfra), pelo Instituto

do Desenvolvimento Agrário do Ceará (Idace), pela Secretaria dos Recursos Hídricos (SRH) e da Secretaria da Agricultura Irrigada (Seagri), encarregados da organização dos assentamentos rurais, pelo órgão federal DNOCS e pelo Centro Industrial do Ceará (CIC).

O ano de 1985 marcou uma conturbada fase da história da cidade de Jaguaribara, com a notícia de que essa ficaria submersa e a barragem seria construída. Tornada pública a decisão de construção da barragem e submersão da cidade, iniciou-se uma série de debates, que trouxeram à cidade representantes do governo estadual e federal e levando representantes da cidade às instituições do Estado. A razão do ferrenho embate se justifica em razão de tantas décadas de ineficiência das políticas públicas que tornaram ultrapassada a desculpa de que a pobreza no Ceará se justifica pelo fator natural, levando os sertanejos a uma profunda descrença no Estado como representante dessas ações.

Em 21 de dezembro de 1992, após vários adiamentos e pareceres técnicos, foi aprovada pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente (Coema) a Licença de Instalação do Castanhão. Nesse mesmo ano, o governo criou a comissão para elaborar o Edital de Concorrência do projeto urbanístico da nova cidade. No ano de 1995, o acompanhamento das obras de construção do Castanhão se institucionalizou, com a criação do *Grupo Multiparticipativo para Acompanhamento das Obras da Barragem do Castanhão*. Durante todo o ano de 1996, discutiram-se exaustivamente os itens que comporiam a nova cidade, mas só em 31 de outubro de 1997 é que foi assinada pelo então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, a ordem de serviço para a construção da cidade.

O início da construção da nova sede marcou o momento de concretização das promessas do governo e a materialização das conquistas obtidas pela luta da população jaguaribarense, mesmo que o percurso desse processo tenha sido baseado em luta, dor e engano. A promessa de uma cidade moderna, com melhores condições de vida para a população, começa aos poucos a causar encantamento nos moradores: “Se as autoridades cumprirem pelo menos 70% do que prometeram, já está bom demais”.²

Heliana Angotti Salgueiro (1995), no seu texto “Revisando Haussmann”, faz uma consistente discussão sobre os limites da comparação que se desenvolveu entre a intervenção urbana do barão Haussmann em Paris, de 1853 a 1870, e as possibilidades de apropriação desse modelo na construção de Belo Horizonte. Uma de suas ressalvas refere-se ao fato de que, enquanto em Paris houve uma revisão drástica da cidade antiga, em que um conjunto de elementos era mobilizado em vista de um todo, constituindo um sistema, daí o impacto que causava na população, Belo Horizonte constituía uma cidade nova, o que requereria um outro princípio de análise. Em Belo Horizonte não havia essa relação dos “constituintes” da cidade antiga com a nova (Salgueiro, 1995, p.197).

Jaguaribara e tantas outras cidades de relocação poderiam ser classificadas como um misto desses dois modelos. Uma cidade completamente nova, planejada, nascida em um sítio vazio, mas com uma relação com uma outra cidade, a antiga. A perda da memória cultural tão contestada das reformas urbanas do século XIX e no caso de Jaguaribara, uma

consistente justificativa no discurso da resistência, foi apropriada pelo governo em um jogo emocional que destaca que o que muda é a qualidade de vida e não os laços de vizinhança, que seriam preservados na nova cidade, caso assim desejasse cada morador. A organização da sociedade civil, por meio da Associação de Moradores e do Grupo Multiparticipativo de Acompanhamento, foi a maior vitória conquistada pelo povo jaguaribarense.

O planejamento da nova sede do município de Jaguaribara ficou sob responsabilidade do governo do Estado do Ceará, por intermédio da Secretaria de Infra-Estrutura do Estado do Ceará (Seinfra). Foi idealizado para abrigar cinco mil famílias; dessas, 3,7 mil seriam relocadas em 420 ha de área urbana. O então secretário da Seinfra, Francisco Queiroz Maia Júnior, afirma que a Nova Jaguaribara custaria em torno de R\$ 71 milhões de reais ao governo estadual.

Como etapas do projeto da nova cidade, podemos salientar:

1) Elaboração de um *Diagnóstico do Município de Jaguaribara*, cuja realização foi feita mediante uma “metodologia participativa”, pelos próprios moradores (Ceará, 1996a), que compreendeu análise da realidade local e regional e análise de experiências similares.

2) Elaboração do plano urbanístico, seleção e desenvolvimento dos projetos específicos, como o de irrigação, por exemplo.

3) A terceira e última etapa seria a execução. Os trabalhos se iniciaram em outubro de 1995 e as obras, propriamente ditas, em setembro de 1997 (Seinfra, 2001a). O projeto iria prever uma ocupação de quinze mil famílias numa área de 3.128,95 ha de perímetro urbano.³

O reassentamento urbano ficou a cargo da Seinfra, e o rural a cargo do Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará (Idace), da Secretaria de Recursos Hídricos (SRH) e da Secretaria da Agricultura Irrigada (Seagri). O trabalho teve como metodologia delimitadora o planejamento participativo (Seinfra, 2001b), mesmo que como forma de legitimar a vontade do governo. O reassentamento urbano fez parte de um longo processo que se iniciou com a discussão sobre a escolha do local da nova sede do município.

Os autores do projeto, a arquiteta Luiza de Marilac Ximenes Cabral, o arquiteto Marcelo Colares de Oliveira, a arquiteta paisagista Leila Marília C. Coelho e a socióloga Maria Afonsina B. B. Lima, ao iniciarem a proposta da Nova Jaguaribara, determinaram que essa nasceria de uma parceria entre a cidade e o sertão: seria mantida a proximidade dos moradores com o rio, protegendo-os, porém, da inconveniência das cheias; as condições topográficas do terreno, geomorfológicas e pedológicas seriam minimamente analisadas; sua localização facilitaria o acesso do jaguaribarense às novas atividades econômicas, como o turismo, e a outras regiões do país, por via rodoviária, através da CE371 e BR116. Sendo assim, houve um plebiscito para que a população escolhesse o sítio mais adequado, entre os que foram doados pelos municípios vizinhos (Ceará, 1996b, p.58).

O sítio foi escolhido pela proximidade com o açude Castanhão, cuja barragem está apenas a um quilômetro da sede municipal, e as terras férteis e o conforto ambiental, característico das regiões de tabuleiro, foram os principais atrativos para a escolha do local. Segundo estudos realizados pelos técnicos da Seinfra, o sítio encontra-se a uma alti-



Figura 1 – Foto aérea da cidade de Nova Jaguaribara ainda em fase de construção.

tude de 148 metros, o que lhe confere uma constante ventilação, tendo como principal predominância a direção leste, seguida da nordeste e da sudeste. A escolha foi legitimada pelo plebiscito realizado com a população.

Se havia por parte do governo interesse na difusão de imagem de um processo democrático, também havia por parte dos moradores o interesse e o reconhecimento da necessidade de ocupar esses espaços deixados pelos governantes. Como nos conta a historiadora Edvanir Silveira (2000), pesquisadora dos conflitos entre povo e Estado no Ceará e da questão do Castanhão, “consolidava-se desse modo um falso consenso, legitimado, tornando-se uma perfeita manifestação da teatocracia”.

Além do projeto, a Seinfra providenciou para a nova cidade de Jaguaribara a organização de um Plano de Estruturação Urbana, como também a elaboração de um Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano.

Quanto à concepção urbanística, o arquiteto Marcelo Colares, um dos autores do projeto, declara: “a cidade parece surgir das limitações impostas pela construção da barragem, no entanto, a partir da análise dos condicionantes físicos e territoriais, a configuração flui de forma natural e livre” (Seinfra, 2001b). A cidade foi determinada pelo cruzamento da principal via de acesso para a BR-116, com a via de acesso para o lago. Outras duas vias de penetração delimitam o espaço central, considerando como núcleo inicial de ocupação o Parque Tristão Gonçalves, onde está inserido o marco histórico da nova cidade. Esta é, topograficamente, a parte mais alta da área urbana, seria o platô central, onde se previu local as principais edificações públicas, voltadas para o parque e beneficiada pela vista do lago.

Nessa área, situada da cota 148, foram localizados a Prefeitura Municipal, a Câmara dos Vereadores, o Fórum, a Casa do Cidadão, as Concessionárias de Serviços Públicos, a Rodoviária e as Associações Comunitárias. Considerando a importância da igreja o símbolo coletivo de memória, a igreja matriz foi locada com destaque no núcleo central, sendo construída com as mesmas linhas arquitetônicas da igreja da cidade antiga, porém de forma ampliada, conforme solicitação expressa da população.

A área residencial circunda o núcleo central e se desenvolve ordenadamente sobre o chapadão, intercalada por praças, creches, escolas e unidades de saúde. Admitiu-se a construção de edificações de uso misto, pequenas mercearias, oficinas e outras formas de

comércio e prestação de serviços. Foram destinadas áreas de preservação ambiental, como forma de proteção da encosta do chapadão que faceia o lago. A vertente do Rio Jaguaribe e demais recursos hídricos formam um cinturão verde que circunda o perímetro urbano; as áreas de lazer que se voltam para o lago.

Quanto ao sistema de relocação, o método de permuta elaborado foi tratado pelo governo e pela imprensa como um dos maiores benefícios alcançados com a relocação da cidade. Sem dúvida, o fato procede no que diz respeito ao programa habitacional criado para agraciar as famílias que não possuíam casa própria nem condições para adquiri-la. Essas famílias foram beneficiadas com unidades de 36 m², implantadas em lotes de 180 m², em troca de trabalhos comunitários, e puderam se mudar juntamente com os possuidores de imóveis próprios. As permutas dos que possuíam casa própria foi algo estipulado de forma a beneficiar a todos. Houve ainda famílias residentes em imóveis próprios, de variadas dimensões, que optaram por residir na cidade nova e não aceitaram as tipologias e/ou os projetos propostos. Essas permutaram por lote de dimensão equivalente e foram indenizadas pela edificação, ficando sob sua responsabilidade a construção da nova habitação.

O Plano de Mudança de Jaguaribara teve início com a transferência da Prefeitura Municipal, Câmara dos Vereadores, Centro de Saúde e Igreja Santa Rosa de Lima. O processo completo durou um mês, iniciando no dia 31 de julho de 2001 e sendo concluído no dia 31 de agosto do mesmo ano. A construção da cidade nova teve início em 1997 e sua inauguração aconteceu no dia 25 de setembro de 2001, dois meses após a finalização da construção.

Foi nesse contexto marcado por uma miscelânea de sentimentos muitas vezes contraditórios que foi inaugurada, pelo governador Tasso Jereissati, em 25 de setembro de 2001, a cidade de Nova Jaguaribara, numa solenidade às 20 horas, na igreja matriz da cidade. Impondo e cedendo, resistindo e se conformando, o governo do Ceará e os moradores da cidade de Jaguaribara deixam para a história uma cidade submersa. Mais uma experiência na história dos atingidos por barragens e o projeto de uma cidade planejada no sertão, a primeira do Ceará, um ideal de modernização e o cumprimento da profecia de ver “o sertão virar mar”.

NOTAS

1. 2.878 habitantes na zona urbana e 4.840 e na zona rural.
2. Cícero Alves, comerciante de Jaguaribara (Araújo, 1996).
3. Decreto de Utilidade Pública n.24.709 de 17.11.1997.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, A. Moradores de Jaguaribara temem não receber as indenizações pela construção do Castanhão. *O Povo*, Fortaleza, 24 de outubro de 1996.

ALVES, J. *História das secas (séculos XVII a XIX)*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2003.

BORGES, M. C. de A. *A face oculta do Castanhão: em defesa da engenharia nacional*. Fortaleza: Imopec, 1999.

BRASIL. DNOCS especial. *O pioneirismo na luta pelo desenvolvimento do Nordeste*. Dez. 1997, p.20-3.

CARVALHO, O. *A economia política do Nordeste (seca, irrigação e desenvolvimento)*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

CEARÁ. Secretaria de Desenvolvimento Urbano. *Diagnóstico do Município de Jaguaribara*. Fortaleza, 1996a.

_____. *Nova Jaguaribara – versão preliminar*. Fortaleza, 1996b.

- IMOPEC. *Água: conquista da cidadania*. Fortaleza, 1994.
- OLIVEIRA, F. de. *Elegia para uma Re(li)gião*. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- SALGUEIRO, H. A. Revisando Haussmann – os limites da comparação. A cidade, a arquitetura e os espaços verdes (o caso de Belo Horizonte). *Revista USP*, São Paulo, 1995.
- SEINFRA. *Nova Jaguaribara: é assim que se muda*. Fortaleza, 2001a.
- SEINFRA. *Nova Jaguaribara: uma medida mitigadora de impactos sociais e humanos da construção do “Castanhão”*. XXVI SEMINÁRIO NACIONAL DE GRANDES BARRAGENS. Fortaleza, 2001b.
- SILVEIRA, E. M. de. *Naufração de uma cidade*. Franca, 2000. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual Paulista.
- VILLA, M. A. Nossa história. “Que brasileiro, que fornalha”. *Revista Nossa História*, n.18, p.14-9, 2005.

RESUMO

Cerca de 51 milhões de brasileiros vivem no Nordeste, enfrentando períodos críticos de estiagem e enchentes. Na tentativa de minimizar as mazelas causadas pelas irregularidades pluviométricas, o governo federal lançou recursos para a implantação de programas que viabilizassem a formação de estoque estratégico de água por meios de barramentos e açudagem. O reservatório do Castanhão, no Ceará, faz parte dessa estratégia e surge no ano de 1995 tendo como grande impacto o desaparecimento da cidade de Jaguaribara, situada a 283 km de Fortaleza. Entre ameaças, resistência, insegurança, aceitação dinâmica e chegada na nova terra, a população é relocada para um outro sítio, dando origem ao novo município, que recebe o nome de Nova Jaguaribara, inaugurada no ano de 2001. A cidade nasce marcada pela história do povo sertanejo, uma trajetória castigada por conta da seca e das disputas pelo poder que a água representa nesse espaço que determina a conjuntura do sertão brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: cidades novas, cidades planejadas, seca, barragens.

ABSTRACT

Around 51 million people live in the Brazilian Northeastern Region, facing critical periods of dryness and floods. In order to minimize the problems caused by the inconstant rains, Federal Government has invested resources on the implementation of programs to make feasible the strategic storage of water by means of barriers and dams. As a part of such strategy, the Castanhão dam, in Ceará state, had its construction started in 1995, having one major impact: the submergence of Jaguaribara, a city 283 km away from Fortaleza. Among threatening, resistance, insecurity, dynamic acceptance and arrival to the new land, people were relocated in another site, rising a new municipality which was named Nova (New) Jaguaribara, inaugurated in 2001. Since its birth, this city features the history of the inlander people, afflicted by dryness and disputes for the power that water represents in the Northeastern midland context.

KEYWORDS: new towns, planned cities, dryness, barriers, dams.